DELEGACIA DO UNAFISCO SINDICAL NO RIO DE JANEIRO

Agente Fiscal

Ano II • nº.21
Agosto 2004

Rua Debret, 23, salas 401/405 - Centro - CEP 20030-080 - Rio de Janeiro/RJ

Leia na página 2 Editorial sobre a Mesa de Negociação da SRF

CDS convoca extraordinariamente Assembléia Nacional

Auditores-Fiscais terão informações complementares para apreciar novamente contratação de empresa responsável pelos cálculos residuais dos 28,86%.
Páginas 3, 4 e 5

Aposentados fazem encontro na DS/RJ

Mais de cem colegas AFRF aposentados reuniram-se na sede da DS/RJ para debater assuntos de interesse da categoria, principalmente paridade e contribuição previdenciária. Veja como foi na pág. 7

Na página 8, entrevista com o economista Reinaldo Gonçalves.

Mesa de negociação e democracia

O Projeto de Lei 3.501/04 transformou-se, em 16 de julho, na Lei 10.910/04, sem nenhuma alteração substancial. Ou seja, as reivindicações dos AFRF, que paralisaram suas atividades por mais de dois meses, não foram contempladas. Agora, além da via judicial, o Unafisco Sindical trabalha para que seja efetivamente instalada a Mesa de Negociação no âmbito da Secretaria da Receita Federal (SRF).

A expectativa era que a própria regulamentação da nova gratificação fosse debatida nesse fórum, uma vez que o secretário Jorge Rachid se comprometera a trabalhar junto com o sindicato no assunto. A previsão era de que a regulamentação ocorresse em julho. Agora a data limite fixada é 16 de agosto e tudo indica que o sindicato não terá participação. Após dois meses de movimento, os próprios administradores sabem o quanto é importante reverter a insatisfação gerada pelo, na época, PL 3501/04.

Passados mais de 45 dias da sua proposição, a não instalação da Mesa de Negociação preocupa mais pelo fato de o projeto de reestruturação da SRF estar em andamento à revelia da categoria do que pela expectativa de se alcançar avanços nas nossas reivindicações. É imprescindível que este e outros assuntos que afetam os AFRF sejam debatidos conosco. Talvez o nosso principal papel nesse fórum seja o de evitar novas perdas.

Foi essa a tônica das análises feitas na Plenária Nacional de Mobilização, realizada nos dias 1° e 2 de julho, em Brasília, com a participação de mais de 100 AFRF de todo o Brasil, sendo 17 delegados do Rio de Janeiro. As decisões da Plenária, que reafirmou as reivindicações e os princípios da categoria e propôs regras de funcionamento de uma Mesa de Negociação específica dos AFRF, foram aprovadas pela Assembléia Nacional de 15 de julho, com exceção da que estabelecia o prazo de 60 dias para a negociação. Contudo, deve-se ressaltar que o indicativo foi formulado com erro, pois a proposta era a de conceder o prazo para a realização de uma outra Plenária de avaliação.

O que, por fim, não pode ficar sem registro é o fato lamentável de a Direção Nacional não ter, deliberadamente, submetido à Assembléia Nacional uma das decisões da Plenária. Várias Delegacias Sindicais aprovaram notas de repúdio em suas assembléias. No Rio de Janeiro foi aprovada a moção ao lado, auto-explicativa.

Para a DS/RJ, a superação da difícil conjuntura exige a participação e o engajamento de todos. A instabilidade nos compromissos apresentada pelo governo agrava ainda mais essa situação e não devemos repetir esse exemplo dentro do sindicato. As divergências, quando o objetivo são os interesses da categoria, enriquecem a busca de soluções. Assim é feita a democracia.

Moção aprovada na Assembléia Nacional no Rio de Janeiro, em 15 de julho de 2004

"Os Auditores-fiscais da Receita Federal reunidos em Assembléia Nacional, no Rio de Janeiro, manifestam seu repúdio à atitude da DEN, que desrespeitou a decisão da Plenária Nacional de Mobilização, realizada em Brasília, nos dias 01 e 02 de julho de 2004, onde deliberou-se por se estabelecer uma composição plural da Comissão de Negociação com representantes da categoria.

Argumenta a DEN que não há respaldo estatutário para tal decisão. Embora possa ser questionada a conclusão do parecer jurídico assinado por advogado do quadro funcional da própria DEN, a questão não é jurídica, pois ninguém discute a legitimidade dos diretores nacionais para representar externamente a categoria. O que a Plenária decidiu foi a participação de membros da categoria, junto com a DEN, nas negociações da mesa instalada na SRF.

Ressalte-se que o formato proposto e aprovado é praticamente o mesmo adotado nas negociações durante o movimento reivindicatório, aprovado em Plenária Nacional anterior, de março de 2004, e ratificado no CDS de maio seguinte.

Ressalte-se, também, que a proposta de composição plural da Comissão de Negociação obteve o acordo dos próprios diretores da Direção Executiva Nacional presentes nesta última Plenária.

Esta atitude é perigosa e, além de tudo, coloca em questão a importância e a finalidade de um evento que consumiu importantes recursos financeiros da entidade. As Plenárias Nacionais vinham se afirmando como um espaço democrático fundamental para a discussão e tomada de decisão dos AFRF, que não podem ser desrespeitados em função da conveniência da Direção Executiva Nacional."

O ***Agente Fiscal*** é uma publicação mensal da Delegacia Sindical do Rio de Janeiro do **Unafisco Sindical** - Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal. **Presidente:** Alexandre Teixeira. **Vice-Presidente:** Vera Teresa Balieiro A. da Costa. **Secretário-Geral:** Aelio dos Santos. **1º Sec. de Finanças:** José Carlos Sabino Alves. **2º Sec. de Finanças:** Cátia da Silva Beserra. **Sec. de Assuntos Jurídicos:** Lenine Alcântara Moreira. **Sec. de Defesa Profissional:** João Luiz Teixeira de Abreu. **Sec. de Atividades Especiais:** Carlos Eduardo dos Santos Baptista. **Sec. de Ass. de Aposentados:** Lenilson Moraes. **Cons. Fiscal:** José Afonso Silva Ramos, Nelson dos Santos Barbosa, Isaias Soares. **Suplentes:** Alzenda Costa do Rego Barros, Ney Roberto Luiz Coelho, Fernando Moretzsohn de Andrade. **Cons. Editorial:** Alexandre Teixeira, Vera Teresa Balieiro A. da Costa, Cátia da Silva Beserra, José Carlos Sabino Alves, Aelio dos Santos Filho. **Coordenação editorial:** Marcelo Ficher. **Estagiária de Jornalismo:** Adriana Nascimento. **Projeto Gráfico:** Andrei Bastos. **Diagramação:** Manuela Leite **Foto:** Ana Paula Batista e Gilson Bezerra. **Fotolito:** Ace Digital. **Impressão:** Gráfica Concord. **DS/RJ:** Rua Debret, 23 - salas 401/405 - Centro. CEP: 20030-080. **Fone:** (21)2262-3827 / 2220-6782 (fax). ***E-mail:*** jornalismo@unafisco-rj.org.br ***Site:*** www.unafisco-rj.org.br Distribuição Gratuita, circulação local. Tiragem: 3 mil exemplares. Textos assinados não contêm, necessariamente, a opinião dos responsáveis por este jornal.

CDS convoca nova Assembléia para decidir sobre cálculo dos 28,86%

Por Cyntia Campos*

Uma Assembléia Nacional vai voltar a discutir a contratação da empresa responsável pelos cálculos referentes ao período de janeiro de 2001 a junho de 2002 dos 28,86%. O CDS entendeu que a categoria não foi devidamente esclarecida pela DEN sobre uma série de dúvidas, questionamentos e contradições — no âmbito da própria direção nacional — sobre a contratação informal da empresa Warm Brasil Assessoria Técnica de Cobrança SC Ltda., que já vinha atuando, sem contrato formal, pelo menos desde agosto de 2003. A Assembléia decidirá também sobre a suspensão de pagamentos à referida empresa.

"Por incúria da DEN, a categoria se encontra praticamente diante de um fato consumado", afirma Alexandre Teixeira, presidente da DS/Rio e do CDS. O prazo para a execução das ações dos 28,86%, referentes ao período posterior a dezembro 2000, esgota-se em dezembro e os cálculos já estavam prontos muito antes da categoria ser chamada a decidir sobre qual empresa contratar. Ainda assim, a maioria dos delegados sindicais reunidos em Brasília entendeu que caberia à categoria — após receber todos os esclarecimentos sobre os fatos — optar por manter ou não a perícia acertada pela DEN com a Warm. "É o patrimônio dos AFRF que está em jogo e não poderíamos ser coniventes com um tratamento no mínimo negligente dispensado ao maior contrato já realizado na história do Unafisco Sindical" — completa Alexandre.

Além de reapreciar a contratação da Warm — decisão tomada por 23 votos a favor, 15 contrários e quatro abstenções — a nova Assembléia avaliará propostas de outros peritos já apresentadas à DEN e até a possibilidade dos cálculos serem realizados pelo Centro de Processamento e Dados (CPD) do Unafisco. Até a realização da próxima assembléia, que deverá também votar essa questão, estão suspensos os pagamentos à Warm. Foi decidido que a DEN deve colocar na área restrita do seu *site* um conjunto de documentos, entre os quais dois relatórios da presidente da DEN, Maria Lúcia Fattorelli, e os relatórios dos integrantes da Comissão de Auditoria de Contratos, Eugênio Gonçalves e Ana Gláucia Mendes, que apontam para graves inconsistências no processo de escolha e contratação informal da Warm e de seu perito, Waldir Bulgarelli.

O CDS decidiu, ainda, instituir uma comissão para investigar a contratação da Warm. Foram 18 votos a favor, oito contra e cinco abstenções. O formato dessa comissão, que seria decidido na votação seguinte, não pode ser definido pelo Conselho por falta de quorum, o que será sanado em próximo CDS. O CDS também decidiu estabelecer novo prazo, 31 de agosto de 2004, para manifestação expressa dos associados sobre a concordância com a execução do período jan/2001 a jun/2002. Para isso, a DEN deve enviar carta aos associados esclarecendo sobre as chances de êxito e implicações proces-suais da nova execução, junto com autorização-padrão em envelope de carta-resposta.

Alexandre Teixeira chama a atenção de que não é apenas o preço cobrado pela Warm — R$ 50 por cada cálculo de associado — que provoca a controvérsia. "Todo o processo baseou-se em procedimentos temerários, incompatíveis com uma entidade de fiscais, que deve primar pela transparência e pela formalidade". Para ele, era imprescindível dar conhecimento da crise gerada no interior da DEN ao CDS. "O Conselho de Delegados é a instância plural do Unafisco. Os que nele têm voz e voto são representantes das diversas correntes de pensamento, mas, especialmente, são representantes das bases da categoria, dos auditores das diversas localidades. E é a cada um desses AFRF, em última análise, que todos os dirigentes eleitos devem prestar contas".

Apesar da troca de acusações entre integrantes da DEN durante o CDS e da contundência de alguns relatos, a maioria dos integrantes da direção nacional convergiu, ao final do encontro, para minimizar a "crise de gestão" — apontada textualmente pelo membro da DEN "ampliada" Eugênio Gonçalves e confirmada por diversos oradores integrantes da direção nacional. Em seu depoimento, o AFRF Eugênio Gonçalves atestou a existência de "grave clima de tensão, agressividade, acusações fortes. É um clima desagradável e incompatível com o cumprimento das atribuições da DEN". O AFRF afirmou também que há uma "pressão crescente" sobre a presidente da entidade, fato confirmado por Maria Lúcia Fattorelli (veja histórico).

Por ser um dos signatários do cheque posteriormente sustado pela presidente da entidade, Marcello Escobar foi alvo das críticas mais contundentes. "Em toda a minha vida de sindicalista, nunca vi um fato como esse. É uma grave quebra de confiança", declarou Eugênio em seu depoimento ao CDS. Mesmo os representantes da DEN que manifestaram seu apoio ao método e ao mérito da contratação da Warm declinaram

➔

da oportunidade de respaldar a atitude de Escobar. Chamado três vezes para se manifestar sobre a questão, o diretor de Assuntos Parlamentares, Pedro Delarue, preferiu afirmar que essa era uma "questão interna da DEN" e que seria "resolvida *intra corporis*".Escobar acabou por retratar-se pela assinatura do cheque, reconhecendo que cometeu "um erro". Contudo, o CDS aprovou uma Moção de Censura ao primeiro vice-presidente do Unafisco, Marcello Escobar, bem como ao diretor-financeiro Francisco Gianico, por terem assinado o citado cheque, de R$ 84,4 mil, destinado à Warm, contrariando decisão da diretoria, decisão afirmada por uns e contestada por outros diretores e sem o conhecimento da presidente da entidade.

> *"A decisão [da DEN] de constituir esta Comissão de Auditoria de Contratos (...) decorreu da prática de ato deliberado dos Srs. Marcello Escobar, 1º vice-presidente da entidade e Francisco Gianico, diretor financeiro, de assinarem um cheque (...) contrariando entendimento firmado em reunião da DEN. Desrespeitaram a decisão da diretoria, passaram por cima da presidente (...), desrespeitaram o Estatuto da entidade, desencadeando, assim, a crise de gestão que estamos vivendo".*
>
> *(Eugênio Celso Gonçalves)*

O histórico de uma "crise de gestão"

"Crise de gestão", "desrespeito a decisões de diretoria", "atropelo ao regimento do Unafisco". As expressões constam de documentos que circularam nas assembléias de várias Delegacias Sindicais no último dia 15 de julho, incluindo o Rio de Janeiro. Esses documentos — cujas autorias seriam confirmadas posteriormente por seus signatários, frente ao plenário do CDS — manifestavam dúvidas e discordâncias quanto ao método empregado para a escolha da empresa responsável pelos cálculos do reajuste de 28,86%. Não eram as vozes de associados distantes das informações. Seus autores são Maria Lúcia Fatorelli, presidente nacional do Unafisco, e os membros da chamada "DEN ampliada" Eugênio Celso Gonçalves e Ana Gláucia Mendes.

Os documentos (veja relação ao final da matéria) falam de contratação de serviços sem a devida formalização de instrumento legal, pagamentos feitos à revelia da Diretoria Nacional e da presidência, cheque sustado, dúvidas sobre a competência da empresa informalmente contratada, erros nas planilhas de cálculo e risco de dano patrimonial aos AFRF. Avaliados em R$ 800 mil, os serviços contratados informalmente com a empresa Warm consistem no maior contrato da história do Unafisco Sindical. "É inimaginável, portanto, que justamente esse serviço seja feito sem a formalização de um instrumento legal", afirmou Maria Lúcia Fatorelli em pronunciamento ao plenário do CDS, reunido extraordinariamente em Brasília, nos dias 27 e 28 de julho, para avaliar e esclarecer a questão.

"É inaceitável, também, que mesmo depois de uma decisão de diretoria e de uma ordem expressa dessa presidência, dois diretores tenham, à minha revelia, assinado o cheque para o pagamento de parte desses serviços", completa a presidente do Unafisco.

Sem contrato - A relação da Warm com o Unafisco foi iniciada em 6 de agosto do ano passado — data da solenidade de posse da atual direção nacional. Ao preço de R$ 16,50 por associado, a empresa detalharia os cálculos relativos à implantação em folha do reajuste dos 28,86%. Além disso, ao preço de R$ 45,00 por associado, a Warm elaboraria pareceres destinados a se contraporem aos argumentos utilizados pela AGU nos embargos da União. "Foi apresentada apenas uma proposta da empresa, com o aceite do diretor jurídico Mauro Silva, que entendia não ser necessária a formalização do contrato", afirma Maria Lúcia Fatorelli, em relatório à DEN. "Por insistência dessa (*sic*) presidência, o contrato veio a ser formalizado apenas em 31 de outubro de 2003". A Warm não foi escolhida por meio de licitação: "A referida empresa tinha sido a única a ser apresentada pelo diretor jurídico no início da gestão, sob o argumento de urgência na contratação dos serviços contábeis (...) sob pena de causar prejuízos aos AFRF", prossegue a presidente do Sindicato.

No início de 2004, a mesma empresa foi contratada informalmente para os cálculos dos atrasados dos 28,86% referentes ao período de janeiro/2001 a junho/2002, ao preço de R$ 50,00 por associado. No CDS, o diretor jurídico Mauro Silva alegou que o acréscimo de valor — de R$16,50 para R$ 50,00 — se justificava pela maior complexidade do novo serviço.

Mauro Silva lembra que, originalmente, se opôs até mesmo a executar as ações referentes ao período posterior a dezembro de 2000, dada a exigüidade do prazo. Sua posição foi manifestada durante reunião da DEN realizada em Teresópolis (RJ), entre oito e 10 de janeiro deste ano. "Nossa entidade finalmente havia conseguido as fichas financeiras dos AFRFs necessárias à execução de período residual relativo à ação dos 28,86%. Ocorre que a Diretoria Jurídica colocou-se contra a execução do período

> *"Nesse momento, [Bulgarelli] foi nov interrompido por mim quando mostrei-l dois CD (sic) entregues à Comissão co segundo apurou, todos os cálculos, in os relativos ao processo 97.3486- sozinho contempla 10.556 beneficiados o senhor Bulgarelli franziu o re demonstrando um ar de absoluta su disse simplesmente: 'agora você me Logo em seguida emendei: quer dize senhor admite que não é o autor dos c pois sequer sabe que eles já estão pr em poder do nosso Departamento Juri O senhor Bulgarelli então se exa fulminou: 'Você está me ofendendo, E Nesse nível não dá para conversar".*
>
> *(Eugênio Celso Gon*

não abrangido pelos processos já ajuizados em função do volume de trabalho envolvido e da pouca possibilidade de se cumprir o prazo prescricional", atesta um "*Manifesto de Diretores e Diretoria Ampliada da DEN*", subscrito por 13 membros da DEN e cinco integrantes da "DEN ampliada", ou Conselho de Gestão. O prazo referente aos processos 976372-0 e 980008-9 esgotava-se em 28 de maio. A decisão da DEN de realizar a execução é o motivo apresentado por Mauro para a contratação da Warm.

Cheque sustado - Em abril, a DEN já havia decidido que o Unafisco não mais faria pagamentos de serviços sem que estes estivessem amparados por contratos formais. Por conta dessa decisão, "a presidência do Sindicato suspendeu a emissão do cheque nº 64, datado para o dia 27 de abril de 2004, no valor de R$ 77.651,50", destinado à Warm, relata Maria Lúcia, que alegou duas razões para a atitude: "inexistência de contrato para a realização do serviço descrito nas notas" e "valor excessivo para a realização do serviço". É que o contrato de 31 de outubro de 2003 firmava o preço unitário de R$ 16,50 por associado. No novo "contrato informal", o preço saltava para R$ 50,00.

Apesar dessas decisões, novo cheque, dessa vez no valor de R$ 84,4 mil, voltaria a ser assinado pelo primeiro vice-presidente do Unafisco, Marcello Escobar, e pelo titular do Departamento Financeiro, Francisco Gianico, para pagamento das mesmas notas fiscais 634 e 636, e mais alguns serviços, em 11 de maio. O cheque foi sustado, no dia seguinte, por ordem de Maria Lúcia Fatorelli. "Nesse dia foi terrível: teve grito no corredor, destratos. Até os funcionários do Sindicato ficaram chocados", relatou a presidente do Unafisco ao CDS.

Em conseqüência da emissão do segundo cheque (nº 91), a DEN deliberou, em 17 de maio, pela constituição da Comissão de Auditoria de Contratos, para tratar da regularização de contratos pendentes e de prestações de serviço em geral. Por conta destes relatos, é que o Conselho de Delegados Sindicais aprovou uma "Moção de Censura" aos diretores Escobar e Gianico, com 17 votos a favor, 12 contrários e três abstenções.

Cenário nebuloso - Foi este cenário nebuloso que começou a se descortinar para a categoria na Assembléia Nacional de 15 de julho. Chamados a decidir sobre qual empresa seria contratada para realizar os novos cálculos dos 28,86%, os AFRFs de algumas localidades tomaram conhecimento de que esses mesmos cálculos já estavam prontos, levados a cabo pela empresa Warm, uma das concorrentes. Esses colegas não ficaram sozinhos em sua surpresa: segundo relato de Eugênio Gonçalves, membro da Comissão de Auditoria de Contratos, nem mesmo o perito Waldir Bulgarelli sabia que todos os cálculos estavam prontos, por ocasião de sua entrevista com a comissão. "Agora você me pegou", teria afirmado o perito.

Mas a lista de inconsistências e contradições referentes à contratação dos cálculos dos 28,86% é muito maior. Ela começa nos erros de cálculo encontrados pela AFRF Ana Gláucia Mendes em todas as 11 planilhas que examinou, passa pela dúvida sobre a verdadeira data da "contratação" informal da Warm — o perito Bulgarelli afirmou que seus primeiros contatos com Mauro Silva datariam de maio/2003 —, pelo tempo real despendido na realização de cada cálculo e pela falta de justificativa para os preços praticados pela Warm/Bulgarelli. Principalmente, se considerarmos o valor cobrado pela empresa CCL (menos de R$ 20,00 por associado) em 2000/2001 para a realização de cálculos de oito anos de atrasados (jan/1993 a dez/2000).

Essa é a compreensão que fica da leitura dos documentos, "vazados" da reunião da DEN para algumas assembléias, e dos depoimentos prestados por seus autores ao plenário do CDS. Membros da Diretoria Executiva Nacional afirmaram aos Delegados Sindicais que "a crise é sanável", e que "as dúvidas já tinham sido dirimidas" na reunião da DEN de 12 e 13 de julho, que apreciou a questão. A presidente da entidade, entretanto, considerou grave, principalmente, o episódio da emissão do cheque, que viria a ser sustado. O CDS considerou incompletos os esclarecimentos e decidiu reapresentar a questão em nova Assembléia Nacional, para que, conhecendo todos os aspectos da questão, a categoria possa firmar convicção e se posicionar, além de formar uma comissão para investigar os fatos. Por falta de quorum a formatação dessa comissão não foi possível. Outro CDS deverá ser convocado para tratar do assunto.

* Cyntia Campos - Jornalista contratada pela DS/RJ

> *"A presidência do Sindicato suspendeu a emissão do cheque nº 000064, datado para o dia 27 de abril de 2004, no valor de R$ 77.651,50, o qual destinava-se à empresa* ***Warm Brasil Assessoria Técnica de Cobrança SC Ltda****, tendo como respaldo as notas fiscais nº 634, 636, 637, 638 e 642 da referida empresa (...)Duas razões levam à suspensão do referido pagamento: a) Inexistência de contrato para a realização do serviço descrito nas notas; b) Valor excessivo para a realização do serviço, se comparado com o preço contratado com a mesma empresa para serviço semelhante. O preço unitário cobrado é de R$ 50,00 por demonstrativo de cálculo (notas fiscais 634 e 636), quando o preço pago por serviço semelhante, de acordo com o contrato, vinha sendo de R$ 16,50 por demonstrativo."*
>
> *(Maria Lúcia Fatorelli)*

> *vamente*
> *lhe (sic)*
> *ntendo,*
> *nclusive*
> *-0, que*
> *. Então*
> *osto e,*
> *rpresa,*
> *pegou'.*
> *r que o*
> *álculos,*
> *ontos e*
> *ídico?".*
> *altou e*
> *ugênio.*
>
> *nçalves)*

Documentos consultados

"*Relatório da Presidência-Cálculos Warm*" e "*Relatório à Comissão de Auditoria de Contratos, elaborado à luz dos fatos e respectivos documentos disponibilizados*", ambos de autoria da presidente da DEN, "*Relatório e voto de Eugênio Celso Gonçalves*" e "*Considerações sobre o relatório da Comissão de Contratos*", assinado por Ana Gláucia Mendes"

Relação de Convênios da DS/RJ

LIVRARIAS E PAPELARIAS

Livraria Editora Renovar
- Desconto de 30% nos livros editados pela Renovar
- 20% nos demais livros, inclusive livros escolares
- A livraria entrega os livros em domicílio, sem custo adicional.

Veja os endereços:
Livros da área jurídica: Centro: Rua Assembléia, 10 - Loja E - Centro - Tel: (21) 2531-1316 / 2531-1338 Fax: (21) 2531-1873 (contato: Jorge ou Selmir)

Livros em geral: Ipanema: Rua Visconde de Pirajá, 273 - Loja A - Tel: (21) 22874080 (Ivo ou Vera)

Editora: Filial - RJ em São Cristovão: Rua Antunes Maciel, 177 - CEP 20940-010 - Tel(s): (21) 2589-1863 / 2580-8596 - Fax: (21) 2589-1962 (Aílton Ladeira) E-mail: renovar@editorarenovar.com.br

Papelaria União
Desconto de 10% nos produtos comprados na loja e de 15% nas compras pela Internet (www.papelariauniao.com.br), exceto material de informática e papéis. O associado deve apresentar o crachá na loja ou informar o número da matrícula SIAPE no caso das compras online.
End.: Rua do Ouvidor, 77 - Centro - Rio de Janeiro.

Casa Cruz
A Casa Cruz oference **10% de desconto** nas compras à vista (dinheiro ou Cheque) aos associados, mediante a apresentação do crachá/cartão funcional e documento de identidade no momento da compra. Veja a seguir os endereços :

Loja Centro - Rua Ramalho Ortigão, 26/28 - Centro-RJ
Fil.Madureira - Trav. Almerinda Freitas, 30 Madureira
Fil.C.Grande - Rua Augusto Vasconcelos, 267 - Campo Grande
Fil. Niterói - Rua José Clemente, 65/67 - Centro - Niterói
Fil. Copacabana - Av. N./S. de Copacabana, 905-A - Copacabana
Fil. Nova Iguaçú - Rua Heraldo Salles de Abreu, 25 - Centro -Nova Iguaçú
Fil.Tijuca - Rua Desembargador Isidro, 29 Loja B - Tijuca

UNIVERSIDADES

Estácio de Sá
Descontos para associados, esposas e dependentes.Consulte a tabela de desconto para as diversas unidades diretamente na universidade.

Faculdades Bennet
A Faculdade tem uma política de descontos para todos os funcionários públicos. Tel. de contato: 2557-1001 - Prof. Cintra (ou Janaina)
Obs. A DS/RJ está fechando um convênio com o Colégio Bennet

ÓTICAS

Ótica Fialho
Descontos de 25% no pagamento à vista e 10% no pagamento em 60 dias, para lentes e armações, exceto lentes de contato.
Rua Debret, 23 - Sala 606/7 - Centro - Rio de Janeiro
Tel.: 2524-6170 / 2220-1888

Óticas Dimensão
Descontos de 20% no pagamento à vista e ou parcelado em até 5 vezes sem juros e sem desconto, exceto para as mercadorias em promoção.
Veja a relação das lojas:

Madureira - Rua Maria Freitas, 67 - Tel.:2450-2705
Meier - Rua Oliveira, 8 (Esquina c/ Dias da Cruz) - Tel.: 2594-5227
Copacabana -Av.N.S.Copacabana, 1066 Loja B - Tel.: 2523-2947
Tijuca - Pça Saens Peña, 17-A
Tel.: 2568-8125
Penha - Av. Bras de Pina, 88
Tel.: 2564-6024
Centro - Rua do Rosário, 16
Tel.: 3852-4588
Carioca Shopping - Est.Vicente de Carvalho,909 lj.1042
Vila da Penha - Tel.: 3688-2242

CURSOS DE IDIOMAS

Aliança Francesa do Rio de Janeiro
Curso de Francês - Regular e Intensivo com 30% de desconto para sindicalizados e dependentes

Curso Oxford de Idiomas
Descontos de 10% e isenção da Taxa de Matricula Filiais: Largo do Machado, Lido, Saens Peña e Figueiredo Magalhães

Curso de Inglês Britannia
Filiais: Ipanema, Barra, Gávea e Lagoa
O convênio de descontos não inclui o Britannia Juniors, nem alcança aulas individuais.

Descontos de:
10% (entre 0 e 30 alunos matriculados);
15% (entre 31 e 50 alunos matriculados);
20% (acima de 50 alunos matriculados).

UNAFISCO SAÚDE

Venha conhecer as vantagens do nosso Plano de Saúde. Procure a nossa representante local, Cátia Beserra, ou o conselheiro curador, Wilson Cruz, e saiba mais sobre a qualidade da rede credenciada ao Unafisco Sáude.

Visite o *site* da DS/RJ ▶ www.unafisco-rj.org.br

Reunião de Aposentados e Pensionistas

DS/RJ debate contribuição previdenciária e paridade

No último dia 26 de julho, com a presença de mais de 100 colegas, a DS/RJ promoveu uma reunião com os aposentados e pensionistas em seu auditório. Dirigido pelo presidente da DS, Alexandre Teixeira, pelo secretário de Assuntos de Aposentados, Lenilson Moraes, e pelo secretário de Assuntos Jurídicos, Lenine A. Moreira, o encontro teve o objetivo de esclarecer e debater encaminhamentos acerca da contribuição previdenciária dos inativos e da quebra de paridade imposta pela Lei 10.910/2004, de 16 de julho de 2004.

Quanto à contribuição previdenciária dos inativos, a diretoria da DS/RJ lembrou que os colegas não estão sofrendo o desconto por força de liminar obtida, em 14/05/2004, pelo Unafisco em Mandado de Segurança. Várias categorias de servidores públicos obtiveram a mesma decisão em ações judiciais semelhantes. O fato preocupante é que o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Nelson Jobim, alegando efeito multiplicador da decisão e possibilidade de lesão à ordem econômica, suspendeu os efeitos de algumas dessas liminares, o que não alcançou a nossa. Portanto, a liminar obtida pelo Unafisco, que beneficia os AFRF aposentados(as) e pensionistas, continua em vigor. Agora, o fato positivo é que, com o fim do recesso do Judiciário, decisões como estas (de suspensão de liminares) serão de responsabilidade do plenário do STF e não do seu presidente.

Enquanto as entidades representativas dos servidores públicos tentam manter ou obter decisões que beneficiam os seus associados, a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) contra a taxação dos inativos aguarda o julgamento no STF. Três ministros já haviam proferido o seu voto (dois a favor dos servidores e um contra), quando o ministro Celso Peluso pediu vista do processo, suspendendo o julgamento. Se o STF acatar a ADIN, todos os servidores inativos estarão livres da contribuição.

Na reunião da DS/RJ, os AFRF aposentados aprovaram, por maioria, encaminhar à DEN proposta de realização de uma manifestação em Brasília para reafirmar a crença na independência do STF e contra a interferência indevida do governo nos julgamentos daquela Corte. A proposta foi apresentada pelo senador Sérgio Cabral em almoço oferecido pela ABAFIA no dia 09/07. A manifestação contaria com o apoio do senador e teria a participação de AFRF de todo o Brasil, além de outras categorias e autoridades.

Em relação à paridade, lembrou-se que a recente Reforma da Previdência reconheceu esse direito para os que já eram aposentados ou pensionistas, ou tinham condições para se aposentar, em 31 de dezembro de 2003. Na prática, entretanto, esse direito não tem sido respeitado, com a transformação em lei de diversos projetos enviados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional. É o caso da Lei 10.910/2004, que, entre outras providências, criou a GIFA (Gratificação de Incremento à Fiscalização e Arrecadação). A nova gratificação, pendente de regulamentação, será paga aos aposentados e pensionistas no percentual de apenas 30% do máximo que receber o AFRF na ativa.

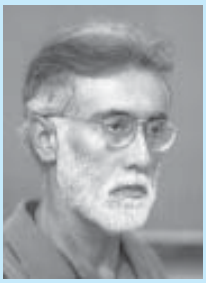
Esse ataque não é novo. A quebra de paridade vem sendo tentada pelos sucessivos governos desde a promulgação da atual Constituição. Durante esse tempo, a categoria, com avanços e recuos, tem conseguido rechaçar essas tentativas. No segundo semestre de 2002, conseguimos, após meses de greve e de repetidas caravanas com centenas de AFRF no Congresso Nacional, reconquistar em lei o direito à paridade: a GDAT foi estendida integralmente aos aposentados e pensionistas. Agora, depois de dois meses de greve, não conseguimos reverter essa situação relativamente à nova gratificação (GIFA). Entretanto, continuarão, com o grau de dificuldade já apontado em informativos anteriores, as tentativas junto ao Poder Executivo.

Diante desse quadro, o caminho judicial é imprescindível. Nesse sentido, foi aprovada, por unanimidade, uma proposta de encaminhamento à DEN, de autoria do AFRF Emilson Torres dos S. Lima, solicitando empenho em se ajuizar uma ADIN – com o patrocínio de algum dos entes legitimados, como um partido político – contra a quebra da paridade da Lei 10.910/04. Essa via deverá ser articulada com outras entidades representativas de servidores públicos. A proposta ressaltou também que o ajuizamento da ADIN não pode implicar em prejuízo a outras ações de rito ordinário ou mandado de segurança de iniciativa do Unafisco. A possibilidade de recorrer a todos os meios judiciais possíveis contra esse desrespeito à paridade foi amplamente defendida na reunião.

Por fim, conforme proposta do AFRF Francisco Favilla, acatada pela mesa diretora da reunião, decidiu-se que a estratégia judicial contra a quebra de paridade deveria ser discutida em todas as Delegacias Sindicais, a fim de envolver toda a categoria.

A diretoria da DS/RJ considera que a reunião com os colegas aposentados e pensionistas foi bastante positiva, não apenas pela participação como pela profundidade das discussões. Demonstra, acima de tudo, a disposição desses colegas em continuar lutando pelos direitos da categoria, como fizeram em todo o período de paralisação, participando das caravanas a Brasília, dos atos públicos e demais atividades de mobilização.

"Lula é uma aposta perdida"



Economista e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Reinaldo Gonçalves foi entrevistado pelo Agente Fiscal e falou sobre a atual política de governo. O economista criticou as mudanças que não chegaram e identificou a deterioração do serviço público promovida pelo governo Lula.

Agente Fiscal - Uma vez no poder, era previsível que um governo do PT adotasse uma política econômica conforme a que está sendo observada? Há coerência com a tradição do partido?

Reinaldo Gonçalves - Fernando Henrique foi a derrota do Brasil frente ao neoliberalismo. Lula é a humilhação. Há algum tempo muitos analistas já alertavam que a candidatura de Lula era de alto risco para um projeto de transformação efetiva da sociedade brasileira. Alguns abandonaram o PT e outros se afastaram das campanhas presidenciais na medida em que ficava cada vez mais evidente que os grupos dirigentes hegemônicos do PT estavam trocando a tradição do partido e seu projeto de sociedade por um projeto de poder estreito e mesquinho. Para alguns, me incluo nesse grupo, não surpreende a conduta lastimável e o desempenho medíocre de Lula. Os céticos tomam a história do Brasil como referência e pensam que não se deve esperar mudanças significativas durante o governo Lula. As medidas de política econômica do governo Lula indicam que estamos entrando em mais um período de conciliação e reforma. Lamentavelmente, o governo Lula já mostrou que os céticos tinham razão.

AF - Carro-chefe da campanha eleitoral do PT, as mudanças até agora não se concretizaram. O que existe de semelhanças e diferenças com o governo anterior?

RG - O programa do PT tem três diretrizes básicas: redução da vulnerabilidade externa, redução da exclusão social e aprofundamento da democracia. Tenho a impressão que Lula não leu o programa e, se leu, não entendeu. Isso porque a vulnerabilidade externa da economia brasileira está aumentando. A política econômica de Lula aumentou o desemprego e causou a queda do rendimento médio real do trabalhador. A política na área de seguridade social tem tido resultados negativos e, portanto, aumenta a exclusão social. A política de salário mínimo é ao mesmo tempo trágica e ridícula. Lula tem promovido o neopeleguismo, que afetou principalmente a CUT. Isso representa um retrocesso no que diz respeito ao desenvolvimento da democracia no país.

AF - Observa-se a preocupação do governo com o cumprimento das metas do superávit fiscal primário, que por sua vez atrai o capital especulativo, que se alimenta da dívida. Como sair desse círculo vicioso?

RG - O governo já disse que não muda essa política. Como resultado, esse círculo vicioso só tem saída com uma crise cambial aguda que agravará ainda mais o esgarçamento do tecido social e os sérios problemas econômicos do país. Existe também a crescente percepção de um governo atrapalhado e incapaz. Com a queda de confiança no governo e em Lula, como resultado do seu desempenho medíocre, há um risco crescente de crise de governabilidade. Entre os cenários, o mais provável é "empurrar com a barriga". Lula fará um acordo com a direita (como ele fez com Fernando Henrique - pacto de não-agressão) e sairá pela porta lateral do Palácio do Planalto. Nesse sentido, a herança de Lula será ainda pior do que a de FHC: desestabilização macroeconômica, esgarçamento do tecido social, maior fragmentação do movimento sindical, fragilização do movimento social, deterioração das instituições e degradação do PT.

AF - Como o Sr. avalia a postura do governo no que diz respeito à organização administrativa do Estado? Qual o papel dos servidores públicos nesse cenário?

RG - Como professor de uma instituição federal de ensino superior, só tenho a lastimar a conduta de Lula. Tenho a impressão de que ele tem preconceito em relação aos servidores públicos. A perda de renda real do servidor desde o início do governo Lula tem sido muito significativa. Além disso, o processo de degradação das instituições públicas continua, inclusive daquelas diretamente vinculadas à administração do Estado. A desastrada reforma da previdência mostra claramente a incapacidade de Lula quanto à organização do Estado brasileiro. Categorias organizadas, como os auditores fiscais da Receita Federal e os professores universitários, têm resistido bravamente à política de degradação do serviço público federal resultado da conduta de Lula.

AF - Qual a sua análise da política tributária do governo Lula? O que mudou com a reforma?

RG - A reforma tributária de Lula é patética porque é uma "reforminha". Essa reforma deveria ter três eixos: racionalização, moralização e distribuição. As propostas iniciais do governo Lula de maior tributação sobre a riqueza desapareceram. Na realidade, foram lançadas como instrumento de barganha para se manter o DRU e aumentar a Cofins. De moralização não se fez praticamente nada, por exemplo, não se extinguiu o esquema de juros sobre o capital próprio (também conhecido como esquema TJLP). A reforma se restringiu a uma tentativa de racionalização do sistema tributário. O fundamental, que era a redução da regressividade, não ocorreu. Muito pelo contrário, o aumento da carga tributária atingiu, principalmente, o consumidor e o trabalhador.

AF - O Sr. Concorda com o discurso do governo de que, após um período de ajustes, o país agora segue rumo ao crescimento? Que projeções e perspectivas poderiam ser feitas quanto à economia e política do país?

RG - Já vimos essa história antes, são os "mini-ciclos de otimismo" provocados pelo imperativo psicológico de que "desta vez tem que dar certo". O fato é que a renda per capita caiu 1,5% em 2003. Não vejo nenhuma evidência firme de que o país está entrando em uma fase de retomada sustentável do crescimento econômico. Com as mesmas estratégias e políticas de Fernando Henrique, Lula deverá ter um desempenho similar: trajetória de instabilidade e crise. Lula é uma aposta perdida. A auto-ilusão é confortável, mas uma péssima conselheira. Todos que lutam por um Brasil mais justo e mais digno têm que pressionar cada vez mais.

SINDICATO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DA RECEITA FEDERAL - DELEGACIA SINDICAL - RJ

BALANÇO PATRIMONIAL SINTÉTICO (PERÍODO DE 01/04/2004 A 30/06/2004)

		SALDO ANTERIOR	DÉBITOS	CRÉDITOS	SALDO ATUAL
ATIVO		**684.762,41**	**1.563.596,02**	**1.562.486,42**	**685.872,01**
ATIVO CIRCULANTE		362.190,47	1.554.634,72	1.548.907,40	367.917,79
DISPONÍVEL		251.017,47	1.230.753,77	1.217.108,89	264.662,35
CAIXA		3.000,00	0,00	0,00	3.000,00
BANCO CONTA MOVIMENTOS		13.411,06	1.007.771,03	998.719,77	22.462,32
APLICAÇÕES FINANCEIRAS		234.966,41	189.045,25	173.000,00	251.011,66
CHEQUES EM TRÂNSITO		(360,00)	33.937,49	45.389,12	(11.811,63)
DIREITOS REALIZÁVEIS		94.669,70	278.721,40	283.126,42	90.264,68
VALORES A RECEBER	(1)	94.669,70	278.721,40	283.126,42	90.264,68
ANTECIPAÇÕES		16.503,30	45.159,55	48.672,09	12.990,76
ADIANTAMENTO A EMPREGADOS		2.500,00	40,00	2.500,00	40,00
ANTECIPAÇÃO DE FÉRIAS		33,36	0,00	33,36	0,00
ANTECIPAÇÃO DE DESPESAS		300,00	4.700,00	2.700,00	2.300,00
ADIANTAMENTO A TERCEIROS		11.165,77	39.530,63	41.769,05	8.927,35
DESPESAS ANTECIPADAS		2.504,17	888,92	1.669,68	1.723,41
ATIVO PERMANENTE		322.571,94	8.961,30	13.579,02	317.954,22
IMOBILIZADO		322.571,94	8.961,30	13.579,02	317.954,22
IMOBILIZADO		349.444,98	8.961,30	0,00	358.406,28
DEPRECIAÇÃO / AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS		(26.873,04)	0,00	13.579,02	(40.452,06)
PASSIVO		**684.762,41**	**585.743,97**	**586.853,57**	**685.872,01**
PASSIVO CIRCULANTE		58.989,43	585.743,97	571.123,39	44.368,85
CONTAS A PAGAR		838,38	0,00	0,00	838,38
OBRIGAÇÕES SOCIAIS	(2)	16.529,90	134.325,48	119.049,53	1.253,95
OUTRAS OBRIGAÇÕES	(3)	5.721,87	441.338,72	442.497,01	6.880,16
VALORES DE TERCEIROS	(4)	35.899,28	10.079,77	9.576,85	35.396,36
PATRIMÔNIO SOCIAL		625.772,98	0,00	15.730,18	641.503,16
PATRIMÔNIO SOCIAL		625.772,98	0,00	15.730,18	641.503,16
SUPERAVIT	(5)	625.772,98	0,00	15.730,18	641.503,16

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

		SALDO ANTERIOR	DÉBITOS	CRÉDITOS	SALDO ATUAL
DESPESAS		**245.574,52**	**321.882,87**	**6.060,43**	**561.396,96**
DESPESAS ADMINISTRATIVAS		241.960,05	318.265,02	6.060,43	554.164,64
EVENTOS		11.337,33	35.253,22	0,00	46.590,55
C.D.S.		5.926,95	1.674,56	0,00	7.601,51
COMISSÃO NAC. MOBILIZ. / COMANDO NAC. GREVE		0,00	25.949,25	0,00	25.949,25
OUTROS EVENTOS		5.410,38	7.629,41	0,00	13.039,79
DESPESAS DO DEPTO. JORNALISMO E COMUNICAÇÃO		32.082,38	30.682,62	5.311,97	57.453,03
DESPESAS DO DEPARTAMENTO JURÍDICO	(6)	28.050,75	31.318,85	342,24	59.027,36
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO		165.881,77	218.527,06	381,02	384.027,81
DEPARTAMENTO PLANO DE SAÚDE		238,94	2.083,27	25,20	2.297,01
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE		4.368,88	400,00	0,00	4.768,88
DESPESAS FINANCEIRAS		3.614,47	3.617,70	0,00	7.232,17
DESPESAS TRIBUTÁRIAS		0,00	0,15	0,00	0,15
RECEITAS		**338.637,26**	**23.705,41**	**355.258,03**	**670.189,88**
RECEITAS DE ATIVIDADES SOCIAIS		332.767,46	51,84	325.861,03	658.576,65
RECEITAS DE ASSOCIADOS		318.707,79	0,00	322.051,27	640.759,06
RECEITAS FINANCEIRAS		2.709,86	51,84	3.771,16	6.429,18
RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		11.349,81	0,00	38,60	11.388,41
RECEITAS DE ATIVIDADES NÃO SOCIAIS	(7)	27.911,13	0,00	29.397,00	57.308,13
(-)DEDUÇÃO DE RECEITAS	(7)	(22.041,33)	23.653,57	0,00	(45.694,90)

NOTAS EXPLICATIVAS:

1 - VALORES A RECEBER: mensalidade de Junho de 2004;

2 - OBRIGAÇÕES SOCIAIS: Refere-se aos Encargos Sociais (INSS, PIS, IRRF e Contribuição Sindical) retidos na Folha de Pagamento dos funcionários a serem pagos na primeira quinzena de Julho de 2004;

3 - OUTRAS OBRIGAÇÕES: Refere-se à conta MENSALIDADE PLANO DE SAÚDE A REPASSAR, cujo saldo de R$ 6.880,16 refere-se ao valor recolhido dos associados do Plano de Saúde Golden Cross a ser repassado para a prestadora do serviço de plano de saúde;

4 - VALORES DE TERCEIROS: Refere-se à conta C/CORRENTE =PROJETO ESTRELAS DO AMANHÃ, cujo valor, correspondente a doações de associados, está sendo utilizado para a aquisição do imóvel que abrigará o Projeto "Casa Estrelas do Amanhã";

5 - SUPERÁVIT: O Superávit do trimestre foi de R$ 15.730,18. OBS: Devido a fórmula de arredondamento na planilha Excel, apresentamos no Balanço Patrimonial Sintético de 01/01/2004 a 31/03/2004, o Saldo Atual dessa conta apresentou o total de R$ 625.772,97, quando seu valor correto era R$ 625.772,98. O erro acarretou um decréscimo indevido de R$ 0,01 (um centavo), que ora se acerta;

6 - DESPESAS DEPARTAMENTO JURÍDICO: Convênio Escritório Bandeira de Mello (DEN) R$ 37.844,32, Honorários Advocatícios pelo atendimento aos associados e confecção de pareceres técnicos R$ 17.940,00 e INSS S/ HONORÁRIOS R$ 2.035,67, Passagens e Despesas Diversas R$ 1.207,37; e

7 - RECEITAS DE ATIVIDADES NÃO SOCIAIS R$ 57.308,13, (-) DEDUÇÃO DE RECEITAS NÃO SOCIAIS R$ 45.694,90, referem-se a doação dos associados, através do desconto em contracheque, e respectivo repasse para a manutenção do Projeto Estrelas do Amanhã, localizado na comunidade do Morro do Querosene.

Presidente: Alexandre Teixeira | 1º Secret. de Financ. José Carlos Sabino Alves | Téc. Cont. CRC/RJ 042632/0-2 Tadeu Wilson R. Amorim